

RECURSO ESPECIAL Nº 1.805.322 - MS (2019/0093702-8)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**
RECORRIDO : **G M P P A**
ADVOGADO : **CHRÍSTOPHER PINHO FERRO SCAPINELLI - MS011226**
RECORRIDO : **L A DE J R**
ADVOGADOS : **CÍCERA RAQUEL ARAÚJO PANIAGO - MS017125**
RODRIGO SILVA PANIAGO - MS019710
RECORRIDO : **C T V**
RECORRIDO : **I R L**
RECORRIDO : **L A S**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**
RECORRIDO : **J L DOS S**
ADVOGADO : **NABIHA DE OLIVEIRA MAKSOUD (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA)**
- MS011399

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

Consta dos autos que CRISTHIAN THOMAS VIEIRA, GLÁUCIA MARIA PADIM PIACENTINI ALVES, ISRAEL RODRIGUES LOPES, JOCELI LIMA DOS SANTOS, LUAN ÁVILA SANTANA, LUÍS ALBERTO DE JESUS RAMOS foram denunciados como incurso nas penas do art. 121, § 2º, I e IV, art. 148 e art. 288, parágrafo único, todos do Estatuto Repressivo, nos termos do art. 29, do CP (homicídio duplamente qualificado por motivo torpe e mediante recurso que dificultou a defesa da vítima, sequestro e cárcere privado, e associação criminosa) e art. 2º, §§ 2º e 4º, I, da Lei n. 12.850/2013, mas impronunciados, conforme decisão de fls. 27/48.

Interpostos apelação ministerial e recurso em sentido estrito pela defesa, aquele não foi conhecido por intempestivo, e este foi desprovido, nos termos de acórdão que recebeu a seguinte ementa (fls. 143/144):

EMENTA - APELAÇÃO CRIMINAL - DECISÃO DE

**IMPRONÚNCIA - RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL -
INTEMPESTIVIDADE RECONHECIDA EX OFFICIO - RECURSO
NÃO CONHECIDO.**

O representante do Ministério Público Estadual possui a prerrogativa de ser intimado mediante vista pessoal, que, com relação aos processos eletrônicos, é promovida mediante remessa do processo digital às filiais correspondentes via sistema SAJ/MP, com integração ao SAJ/TJ, ato que gera automaticamente a movimentação pertinente e inicia a contagem do prazo recursal. O disposto no artigo 5º, §§ 1º e 3º, da Lei 11.419/2006, não se aplica aos membros do Ministério Público Estadual, haja vista que tais dispositivos dirigem-se aos jurisdicionados em geral que se cadastrarem previamente no Poder Judiciário e são intimados por meio eletrônico em portal próprio, via consulta eletrônica ao teor da intimação.

A interposição do apelo criminal fora do quinquídio legal caracteriza a intempestividade do recurso e acarreta o seu não conhecimento.

**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - INSURGÊNCIA
DEFENSIVA - HOMICÍDIO QUALIFICADO, SEQÜESTRO E
CÁRCERE PRIVADO E INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA -
PRONÚNCIA - PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS
SUFICIENTES DE AUTORIA - VEDAÇÃO DE JUÍZO DE CERTEZA -
COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL DO TRIBUNAL DO JÚRI -
RECURSO NÃO PROVIDO.**

Deve ser mantida a pronúncia que esteja alicerçada em provas da materialidade e indícios suficientes de autoria, conquanto, nessa fase de prelibação, é vedada a solução definitiva da controvérsia, sob pena de usurpação da competência constitucionalmente prevista ao Tribunal do Júri.

Recurso não provido.

Em sede de recurso especial, o Ministério Público estadual alega contrariedade ao art. 5º, §§ 1º e 3º, da Lei n. 11.419/06 (Lei do Processo Eletrônico), sustentando que a apelação foi interposta dentro do prazo estabelecido pela lei em comento, cujo prazo se inicia a partir da ciência efetiva exarada no feito, ou se não houver o ciente, do décimo dia do recebimento da intimação.

Consigna que, "o MPMS foi intimado da sentença no dia 25/04/2018 (quarta-feira), tendo apostado seu ciente no dia 3/5/2018, conforme certidão à fl. 9273. Nessa mesma data, a apelação foi interposta, não havendo que se falar em intempestividade, pois, neste caso, o termo ad quem para a interposição do recurso

seria 8/5/2018 (terça-feira)" (fl. 161).

Ressalta que o Tribunal de origem entendeu que a prerrogativa da intimação pessoal impede a aplicação do art. 5º da Lei 11.416/06, alcançando somente os jurisdicionados, cuja contagem do prazo iniciou-se em 26/04/2018 e término em 30/04/2018.

Destaca o firme entendimento das duas turmas criminais desta Corte Superior, no sentido de que "*com a remessa dos autos ao Parquet via portal do Tribunal, o termo inicial deve ser o da efetiva consulta, como preceitua o art. 5º da Lei . 11.419/2006.*", colacionando julgados nesse sentido, não excluindo o Ministério Público desta regra (fl. 162).

Pugna pelo provimento do apelo nobre para cassar o acórdão vergastado e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para apreciação do mérito a apelação ministerial interposta (fls. 158/165).

Contrarrazões às fls. 187/217.

Admitido o recurso (fls. 218/221), os autos vieram a esta Corte.

O Ministério Público, em seu parecer de fls. 326/329 opina pelo provimento do apelo nobre.

É o relatório.

Decido.

O recurso merece prosperar.

Ab initio, destaco que a Lei n. 11.419/2006 não estabelece qualquer restrição à intimação do *Parquet*, bem como não há incompatibilidade da intimação pessoal conferida ao MP com as regras de notificações previstas na supracitada lei, sendo considerado realizada a intimação quando houver a consulta eletrônica do teor da intimação pelo intimado, com certificação nos autos, e caso não ocorra dentro do prazo de 10 (dez) dias, considerar-se-á realizada a intimação automaticamente.

Note-se que foi disponibilizado no sistema eletrônico do MPMS a cópia digital dos autos em 25/04/2018, cuja ciência ocorreu em 03/05/2018, início do prazo para interposição recursal de 5 (cinco) dias, e prazo final em 08/05/2018, sendo que a apelação foi interposta no mesmo dia 03/05/2018, conforme consta à fl. 59, sendo, portanto tempestiva.

Superior Tribunal de Justiça

Nos termos do entendimento consolidado deste Tribunal Superior, "*a lei não faz exceção ao Ministério Público, razão porque, em atendimento ao princípio da igualdade entre as partes no devido processo legal, a regra vigora também para a contagem dos prazos de interesse do órgão ministerial.*" (AgRg no REsp 1827505, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 17/09/2019). No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. PARQUET ESTADUAL. INTIMAÇÃO ELETRÔNICA. REMESSA DOS AUTOS VIA PORTAL DO TRIBUNAL. DIES A QUO. DATA DE EFETIVA CONSULTA. ART. 5º DA LEI N. 11.419/2006. APELAÇÃO TEMPESTIVA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM.

1. A realização da intimação eletrônica se dá no dia em que o intimando efetuar a consulta eletrônica ou, não sendo essa realizada no prazo de 10 dias corridos, contados da data do envio, deverá ser considerada como realizada tacitamente no último dia do prazo dos 10 dias previstos para consulta (Lei n. 11.419/2006).

2. Para a jurisprudência deste Superior Tribunal, a Lei n. 11.419/2006 não faz exceção ao Ministério Público, devendo-se, em atendimento à igualdade das partes no devido processo legal, aplicar a mesma regra dos §§ 1º e 3º, do art. 5º desta lei, ao órgão ministerial.

3. O agravo regimental não merece prosperar, porquanto as razões reunidas na insurgência são incapazes de infirmar o entendimento assentado na decisão agravada.

4. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1762101, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 13/11/2018).

Diante do exposto, com fundamento no art. 932, inc. IV, alínea "a", do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, dou provimento ao recurso especial para cassar o acórdão recorrido e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para apreciação do mérito recursal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator